

PNRA E JUVENTUDE RURAL : 30 ANOS DEPOIS – BALANÇO E APONTAMENTOS EM UM CONTEXTO DE RUPTURA INSTITUCIONAL

*Elisa Guaraná de Castro*¹

Resumo: O artigo é uma contribuição para um balanço das políticas públicas de juventude rural e o seu diálogo com os 30 anos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Para tal tratarei a partir de duas chaves : *no que avançamos e no que não avançamos nas políticas públicas de juventude rural; e balanço e desafios para a reforma agrária : continuidades, rupturas e o golpe parlamentar e de estado em curso*. O que observamos é que nos governos Lula-Dilma houve avanços fundamentais em política públicas para a agricultura familiar, ainda que não se tenha efetivamente realizado a Reforma Agrária. Contudo, nesses governos houve o reconhecimento político e social das populações rurais, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais, e da juventude, o que pode ser uma importante articulação de resistência em relação a retrocessos nas políticas e ações voltadas para a agricultura familiar, camponesa, dos povos e comunidade tradicionais e indígenas. O fortalecimento identitário e os espaços de organização em movimentos sociais, redes e mesmo em espaços formais de participação social no governo federal podem ter promovido um caldo organizativo de difícil dissolução, mesmo por atos arbitrários e autoritários como os que já estamos experimentando no País.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Juventude Rural; Políticas Públicas

Abstract: This article is a contribution for the analyses of 30 years of agrarian policies in a context of institutional rupture. To achieve this goal I will deal with two analytical keys : what advances did Brazilians policies for rural youth achieve and what is still a challenge. And a contribution for the analyses of 30 years of the PNRA policies in a context of institutional rupture: continuities, ruptures and the current parliamentary and state

¹ Antropóloga, Dra. pelo Museu Nacional. Professora da UFRRJ

coup. What we observed is that in the Lula-Dilma governments there has been fundamental advances in public policy for family agriculture, even though Agrarian Reform has not been effectively carried out. However, in these governments there has been political and social recognition of the rural, indigenous and traditional communities, and of youth, which can be an important articulation of resistance in relation to setbacks in policies for these populations. The strengthening of identity and organizational spaces in social movements, networks and even in formal spaces of social participation in the federal government, may have promoted an organizational structure that can be difficult to dissolve, even by arbitrary and authoritarian acts such as those we are already experiencing in Brazil.

Keywords: Rural youth; Agrarian Reform; Policies

Apresentação

O artigo que ora apresento é fruto de um convite para participar do VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Agrárias realizado em Araraquara de 29 de junho a 2 de julho no ano de 2016. O tema central da mesa de debates seria o Balanço dos 30 anos de PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária)² e, no meu caso, com um olhar mais específico para a juventude. Contudo, quando cheguei ao evento o Brasil estava vivendo um período singular : a Presidenta Dilma estava sofrendo um processo de impeachment e já sentíamos os retrocessos em diversas áreas das políticas públicas federais. Em especial a questão agrária sofrera a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e já se anunciava uma perspectiva sombria para as políticas públicas da pasta³. Por essa razão, e no calor dos acontecimentos, propus uma reflexão no debate que contribuísse para um

² DECRETO Nº 91.766, DE 10 DE OUTUBRO DE 1985. Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. At <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacao-original-1-pe.html>

³ Em 12 de maio de 2016 as 6h33 o processo de Impeachment contra a Presidente Dilma foi aceito pelo Senado. Algumas horas depois o Governo Interino publicou a MP 726 extinguindo o MDA e outros ministérios e criando o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Ver <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-726-12-maio-2016-783106-publicacaooriginal-150375-pe.html>
Nos meses que se seguiram e sob muita disputa foi criada a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário na Casa Civil por meio do Decreto 8865 de 29 de setembro de 2016 ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8865.htm#art6. Até o fechamento desse artigo as duas institucionalidades permanecem coexistindo.

balanço das políticas públicas de juventude rural e o seu diálogo com os 30 anos do PNRA. Para tal pensei a partir de duas chaves : *no que avançamos e no que não avançamos nas políticas públicas de juventude rural; e balanço e desafios para a reforma agrária : continuidades, rupturas e o golpe parlamentar e de estado em curso.*

Após quatro meses do Governo Temer (ilegitimamente constituído), inicialmente interino, e após o impedimento da Presidenta Dilma, efetivo, muito do que observamos naquele mês de junho se confirmou. Ao retomar o que foi apresentado naquela mesa de debate optei por manter o formato de ensaio e arriscar as duas chaves propostas então, mas atualizando com algumas informações mais recentes. Mesmo considerando os riscos de construir um texto que possa ser datado acredito que, dada a situação conjuntural extrema que estamos vivendo, vale o esforço de tentar registrar um quadro no calor do momento. Sendo assim tratarei nas próximas páginas essas duas chaves de organização das informações e possível interpretação do que se apresenta, sem qualquer pretensão de esgotar ou mesmo organizar todas as informações que envolvem o tema.

No que Avançamos e Acumulamos e no que Não Avançamos: 10 anos de Políticas Públicas para a juventude e seu acesso pela juventude rural

15 anos de construção da juventude rural do campo, das águas e das florestas como ator político

De 2005 a 2015 o Brasil experimentou uma década de políticas públicas de juventude. Um esforço nacional a partir, principalmente, de iniciativas do Governo Federal (nos Governos Lula e Dilma). A construção de uma institucionalidade implantada pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem. E ainda, o principal marco legal o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), sancionado em 05 de agosto de 2013⁴. Essas ações trouxeram a juventude para o centro do debate dos rumos para o desenvolvimento brasileiro, mas acima de tudo garantiu um novo *status* para a juventude antes

⁴ Lei nº 12.852 Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. At http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm

fortemente associada a delinquência e situação de risco. São inegáveis os avanços e a visibilidade alcançada sobre as agendas e questões da juventude no Brasil nesse período⁵. Contudo, também observamos fragilidades e limites que mostram que a juventude e principalmente a juventude rural segue enfrentando fronteiras invisíveis.

Mas podemos afirmar que esse esforço teve relação direta com o avanço do debate no campo acadêmico, com um olhar que passa a compreender e investigar a diversidade da juventude (NOVAES, R. R., 1998; 2006; 2012), e da organização da própria juventude por meio da representação política de *juventude* em múltiplos espaços de atuação.

Nesses 15 anos observamos a consolidação da identidade política juventude nos principais movimentos sociais rurais. Nesse processo tivemos um primeiro movimento que abraçou a categoria *juventude rural*, extremamente útil para a organização em espaços nacionais de representação e na disputa por políticas públicas para a organização das múltiplas identidades abarcadas nessa categoria. Com o avanço dos processos de visibilização da diversidade das populações do *campo, das águas e das florestas* – cada vez mais presentes como identidades específicas em conselhos de participação social e outros espaços formais de representação – as identidades políticas constituídas nos movimentos sociais aparecem de forma mais clara. Por um lado, temos hoje uma multiplicidade de identidades políticas que se apresentam tanto no *campo das políticas públicas de juventude quanto no campo político da juventude*.

Por outro lado, temos ainda um processo de reafirmação da identidade juvenil nessas organizações de juventude rural, em diálogo com fronteiras invisíveis ainda intransponíveis para uma parcela importante da juventude rural. Isto é, com o mundo objetivado e ressignificado por meio de agendas e pautas das organizações de juventude. Para muitos jovens, viver no *mundo rural*, hoje, ainda significa enfrentar barreiras para sua autonomia e suas possibilidades de escolhas. Ou seja, as possibilidades reais de escolarização, acesso a terra e à renda, muito valorizados como caminhos para a construção de autonomia, são desafios, mesmo após 14 anos de governos Lula-Dilma, de acesso limitado⁶, apesar dos esforços empreendidos nesse período muitas

⁵ Ver AGENDA JUVENTUDE BRASIL: pesquisa nacional sobre o perfil e a opinião dos jovens brasileiros (SNJ,2014) demonstra os acúmulos e os desafios dessa década de políticas públicas. A pesquisa foi tratada de forma mais densa no livro PINHEIRO, D. [et al] (Orgs) Agenda Juventude Brasil : leituras sobre uma década de mudanças, 2016.

⁶ Ver SNJ, 2014.

dessas demandas não foram atendidas, como trataremos adiante.

E, temos ainda, agendas cada vez mais complexas apresentadas em conjunto pelos movimentos do *campo, das águas e das florestas*, ou de forma específica por movimentos de um desses segmentos. Isso se expressou no I Seminário de Políticas Públicas para a Juventude Rural, promovido pela SNJ em parceria com o MDA⁷. A exemplo dos temas de sustentabilidade, assistência técnica e agroecologia que constroem agendas que aproximam, mas também expressam diferenças, por exemplo entre a juventude de movimentos extrativistas e a juventude de organizações auto-denominadas da agricultura familiar.

Podemos afirmar que a agenda de pesquisa aos poucos também vem sendo alterada. Se a ênfase na questão sociológica do êxodo do campo para a cidade dominou os estudos até bem pouco tempo (CAMARANO, ABRPAMOVAY, 1999; CASTRO, E.G. 2013 e outros), observamos alterações importantes fruto de pesquisas mais recentes, que demonstram que mesmo que ainda observemos uma importante perda de poluição jovem no campo brasileiro (1 milhão entre 2000-2010), percebemos movimentos de *permanência* e mesmo de *migração de retorno*. Recentes pesquisas demonstram que há um ritmo de desaceleração da migração da população rural e mesmo da população jovens do campo, e associa às políticas públicas dos últimos dez anos (IPEA:2016). Anita Brumer (2007, p. 50) já trazia esse tema com a provocação “em lugar de procurar responder à questão ‘porque os jovens saem do meio rural’ busque-se responder à questão ‘por que os jovens permanecem no meio rural’”. E essa tem sido uma agenda de pesquisa mais efetiva na última década.

No mesmo sentido temos outros olhares sobre a migração, ou como muitos preferem tratar, a circulação, e os significados atribuídos ao campo e a cidade que redefinem identidades sociais da juventude rural hoje. A visão mecânica de uma “atração” dos jovens do campo pela cidade, em que a principal explicação seria o desinteresse dos jovens pelo *modo de vida no campo* e, em especial, pelo trabalho agrícola, vem sendo revista. Estudos demonstram que são múltiplas as razões que contribuem para a circulação da juventude rural, que pode, ou não, representar uma “saída” definitiva do meio rural. A circulação entre pequenos municípios, sobretudo pela

juventude rural, como apontou Maria de Nazareth Wanderley (2007), pode ser observada por um outro olhar. A autora aprofundou essa perspectiva, estudando os jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco. Seu trabalho demonstra que os jovens querem “o melhor dos dois mundos”, quando avaliam o presente e o futuro. Ou seja, desejam a vida do campo com qualidade de vida, atuando em atividades agrícolas e não agrícolas, e viver a juventude sem ter fronteiras. (CASTRO, E.G., 2016)

Marcelo Saturnino Silva e Marilda Menezes (2010) mostram como a circulação de jovens trabalhadores rurais que se deslocam anualmente dos estados do Nordeste para o Sudeste traz questões importantes para o tema da vivência da juventude no campo no Brasil hoje. A maioria dos que ocupam postos de trabalho na colheita da cana de açúcar são jovens e homens. Os jovens homens passam, em média, nove meses e as jovens permanecem cuidando de todas as atividades da casa e da *roça*. A vivência da migração temporária é dolorosa para todos. (CASTRO, E.G.2016)

A diferença da circulação entre homens e mulheres traz, ainda, outras questões, como a autonomia das mulheres frente a uma organização social ainda marcada por distinções de gênero que impactam, sobremaneira, a possibilidade de circulação das jovens (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999; AGUIAR, STROPASOLAS, 2010; CASTRO, E.G. 2013). Mas a circulação pode ocorrer por diversos interesses, ou mesmo por redes familiares e de sociabilidade: dar continuidade aos estudos, visitar parentes, frequentar festas, participar de jogos esportivos e namorar, por exemplo. (CASTRO, E.G. 2013; FERREIRA, ALVES, 2009). Assim, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve questões como a circulação entre múltiplos espaços, motivada por diferentes razões. Além disso, a própria categoria “juventude rural” tem sido objeto de análise, dado que agrega realidades e identidades sociais diversas (CASTRO, E.G. et aliae, 2009). Novamente, “sair” e “ficar” podem envolver questões complexas, para além de atravessar fronteiras imaginárias de “um mundo rural” para “um mundo urbano”. (CASTRO, E.G., 2016)

Esses estudos mostram que as fronteiras entre o “mundo rural” e “o mundo urbano” não são fixas e nem evidentes. São vivenciadas e construídas. Somam, de um lado, a distância nem sempre espacial, entre as possibilidades que o *campo* e a *cidade* oferecem; de outro, as construções identitárias, a partir de múltiplas trajetórias e referências (CASTRO, E.G. et aliae, 2009). Contudo, essa juventude ainda enfrenta o preconceito nas áreas urbanas. Permanece um olhar que trata a juventude rural como símbolo de atraso e

⁷ O Seminário foi registrado no livro Menezes, M. A. de; Stropasolas, V. L.; Barcellos, S. B., (Orgs.), 2014. E no **Vídeo Documentário Pé no Formigueiro** – Direção José Roberto Novaes e Maria Claudia Pitres.

a serviço da cidade. E a juventude rural ainda enfrenta a desvalorização do seu papel na família e na comunidade. Esses dois temas seguem nas falas dos jovens e das jovens em espaços de representação e em pesquisas recentes. Temos assim um paradoxo: um importante avanço no reconhecimento social e político dessa juventude, mas que não rompeu algumas das fronteiras “internas” e “externas” que enfrentam diariamente.

A mudança da circulação da juventude, que pode repetir a histórica direção campo-cidade, mas também de muitas outras formas, pode ter contribuído para a consolidação da agenda de parte significativa das organizações sociais do campo que passam a reivindicar a sucessão rural. De qualquer forma o próprio sentido da *sucessão rural*⁸ esteve em disputa nos governos Lula-Dilma, como veremos adiante.

A criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) foram determinantes para que a temática assumisse visibilidade nacional. A institucionalidade da coordenação da execução das políticas públicas de juventude no Brasil, concentrada na Secretaria Nacional de Juventude, que nasce com o CONJUVE, aponta para a construção de políticas públicas com a participação dos atores que representam a juventude brasileira, bem como com especialistas no tema. Portanto, podemos afirmar que um dos maiores avanços desse período foi o reconhecimento social da categoria juventude, que envolveu múltiplos atores, e o reconhecimento do papel da juventude como um ator político desse processo da disputa da sociedade brasileira e mais especificamente no tema agrário. Mais ainda o reconhecimento da diversidade antes imerso na categoria juventude rural. A movimentação da categoria juventude rural para categorias juventudes do campo, das águas e da floresta como um processo de auto-construção de identidades políticas. Por um lado, o reconhecimento social da juventude rural que sempre teve um espaço muito invisibilizado nessas representações sociais e acadêmicas de juventude. Por outro lado, uma representação política dessa juventude que alcança espaços centrais para o debate. Desde o surgimento do Conselho Nacional de Juventude existe o assento da juventude rural, sempre com os dois movimentos sindicais presentes a FETRAF (Federação Nacional dos Trabalhadores

⁸A pauta é defendida de forma mais direta pelo movimento sindical e pela PJR que participam diretamente na construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (2016). Ver <https://pjrbrasil.org/?s=sucess%C3%A3o+rural>; <https://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&cod-pag=387&ap=1&nw=1>.

e das Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil) e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais). Nas conferências nacionais de juventude, especialmente a partir da segunda e da terceira conferência, observa-se uma presença crescente da juventude rural, fortalecida pelas conferências territoriais de juventude e ainda, nos movimentos sociais a representação política cada vez mais evidente, principalmente a partir dos anos 2000. Contudo, esse processo organizativo e de visibilidade crescente como categoria não se traduziu plenamente no acesso a políticas públicas, como veremos a seguir.

Juventude rural e as políticas públicas de juventude

Os avanços nos dez anos de políticas públicas de juventude convivem com fragilidades na consolidação dessas conquistas. E apesar do reconhecimento da importância da juventude e da diversidade da juventude brasileira, expressa no Estatuto da Juventude (2013), isso não se traduziu em políticas perenes para essas juventudes. Assim, ao acompanharmos os avanços das ações realizadas de 2005 a 2015, pelos governos Lula e Dilma, percebemos que apesar das importantes conquistas nos marcos legais, a institucionalidade e as ações de políticas públicas, estas se circunscreveram a esses governos, não tendo se consolidado como políticas de Estado. E, ainda, que a tradução da diversidade da juventude brasileira em ações de governo não se capilarizou nas múltiplas ações do próprio governo federal nesses 10 anos. Olhando mais especificamente como as políticas públicas priorizaram a juventude rural observamos um esforço importante de alguns órgãos do governo federal. Contudo, a apropriação das agendas da juventude rural pelo Estado, mesmo por governos democráticos e populares ainda esta distante.

Mesmo assim, ao longo dos anos 2011 e 2014, primeiro Governo Dilma observamos o maior avanço nessa agenda. Com ações piloto como: linhas específicas em editais de fomento, inclusão digital e economia solidária; cursos de formação; linha específica de ater para jovens, que, embora não tenham representado um grande alcance em número de jovens atendidos, representaram um importante avanço para a visibilidade desses jovens e

fortalecimento de coletivos juvenis⁹. Outro importante avanço foi o espaço de representação política em conselhos de participação social como o Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar com cadeiras para a juventude rural. Também foi uma gestão que ampliou o diálogo com as *juventudes*.

No entanto, esse esforço não foi capaz de se tornar estratégico para o governo Dilma, como ainda não havia se tornado central para o governo Lula. Ou seja, mesmo após as manifestações de 2013¹⁰ que demonstrou que a juventude estava fortemente atuante na disputa política nos espaços das ruas, não houve tradução nas ações do governo federal para além da promulgação de grande relevância do Estatuto da Juventude. O marco legal, sem dúvida, foi o maior avanço nesses dez anos. O reconhecimento da diversidade da juventude, com a inclusão da juventude rural e dos povos e comunidades tradicionais no Estatuto da Juventude foi um passo histórico para a visibilidade e reconhecimento dessas populações. E, ainda o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (2016)¹¹ que afirma as múltiplas questões que envolvem a permanência dos jovens no campo, bem como a centralidade do papel do Estado.

No entanto, não foi possível consolidar uma política nacional para a juventude rural e mesmo o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, o que pode significar a não priorização por parte dos organismos do governo Lula e Dilma para esse segmento juvenil. Podemos afirmar que nem sobre o tema que mais ganhou visibilidade na política agrícola desse período, a segurança alimentar traduzida em “alimentação saudável” avançamos para a consolidação das ações desenvolvidas.

A produção de alimentos no Brasil depende, fortemente, da agricultura

familiar, como demonstra os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006. A agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de mandioca, feijões, leite de vaca, suínos e, ainda, por parte importante da produção de milho, arroz, café, trigo e ovos consumidos pelas famílias brasileiras (FRANÇA, GROSSI, MARQUES, 2009). A produção orgânica, agroecológica e livre de agrotóxicos vem aumentando nos últimos anos no país, como nos mostra estudos da Embrapa¹², e a maior parte da produção orgânica e a totalidade da produção agroecológica são produzidas pela agricultura familiar. Assim, termos uma agricultura familiar fortalecida é estratégico para o país. Temos gerações se sucedendo nessa missão é central para garantirmos a segurança alimentar que o Brasil vem conquistando. Ou seja, seria razoável supor que mesmo numa leitura utilitarista da juventude teríamos a agricultura familiar e em especial a sua juventude no centro de um projeto para a segurança alimentar.

No entanto, se avançamos na agenda da defesa da alimentação saudável, isto é, na disputa no plano do consumo, com maior acesso por meio de programas de apoio a feiras, venda direta e de aquisição de alimentos, isso não se traduziu no reconhecimento social da agricultura familiar como responsável por esse papel. E menos ainda se visibilizou o “papel” da juventude nesse processo. Assim, ainda mais distante estamos de disputar na sociedade a centralidade da reforma agrária e da mudança profunda na estrutura fundiária que o Brasil precisa. Contudo, uma política de extrema relevância impactou essa primeira geração de *jovens* dos movimentos sociais: a educação do campo.

Educação do campo

A pesquisa *Os Jovens estão indo embora?* (CASTRO, E.G. *et aliae*, 2009) demonstrou que a escolaridade dos jovens que participavam de movimentos sociais em 2005-2006 era bem mais elevada que a média nacional. A média encontrada estava bem acima da média dos jovens que viviam nos assentamentos rurais, levantados pela PNERA (2005), e da média geral de escolarização do jovem brasileiro, aferida pela PNAD (2006). A pesquisa trouxe algumas questões importantes. A primeira diz respeito a uma oposição senso comum entre participação política e escolarização. E, reforçada por

⁹Edital de Inclusão Digital para a Juventude Rural – (Secretaria de Inclusão Digital/MiniCom). Em parceria com Universidades e Institutos Federais e Estaduais a atuarem em extensão rural promovendo a inclusão digital – 41 projetos, 28 Instituições Públicas, 18 estados – 6.400 jovens capacitados – 2012-2014. Edital de Articulação de Grupos de Economia Solidária – (Secretaria de Economia Solidária/MTE) - 2.000 jovens rurais distribuídos em 7 estados do país – 2012-2014. Curso de Formação Agroecológica e Cidadã com Geração de Renda para da Juventude Rural (SNJ) – parceria com UNB e UNILAB – formação de 600 jovens – 2013-2014 – Forte impacto na organização da juventude Kalunga. RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM - Incri/CNPq - 34 projetos - 2014 – R\$3.975.000/2015 – R\$3.750.000/2016 – R\$1.875.000. Edital Fortalecimento da Autonomia da Juventude Rural - FBB/BNDES.

¹⁰Em 2013 nos meses de junho e julho o Brasil viveu uma série de manifestações de rua em todas as capitais e em cidades médias. Entre as organizações dos eventos se encontrava o Movimento pelo Passe Livre (MPL) e outros movimentos juvenis. Nessas manifestações surgiram de forma visível os Black Blocks.

¹¹DECRETO Nº 8.736, DE 3 DE MAIO DE 2016 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8736.htm

¹² Ver: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1884777/agricultura-organica-cresce-com-ado-cao-de-resultados-de-pesquisa>.

uma visão igualmente senso comum de que os jovens do campo têm pouco interesse pelos estudos.

A pesquisa reforçou a existência de um corte geracional de valorização e estratégias para garantir a escolarização das crianças e dos jovens no meio rural. Um processo que se iniciou a três gerações e que se consolidou por meio de estratégias familiares e, com estratégias dos próprios movimentos sociais e organizações. Observamos, à época, esforços por parte dos movimentos sociais para garantir a escolarização continuada, muitas vezes associada à formação política e técnica. Esse processo revelava um entendimento por parte dos movimentos sociais, quanto à importância da educação formal no processo de formação das lideranças jovens dos movimentos sociais, o que pode ter se expressando em uma escolaridade acima da média dos jovens rurais do país. A valorização da escolarização formal por parte dos movimentos sociais seria parte do processo de luta pela mudança e pelo acesso à educação no meio rural brasileiro, que se materializou na educação do/no campo. Essa era uma bandeira presente, e permanece sendo, para todas as organizações de juventude rural.

A pesquisa Agenda Juventude Brasil (SNJ, 2014) mostrou uma ampliação contínua da escolarização da juventude rural, mas que ainda permanecia distante dos níveis de escolarização da juventude que vive nas cidades. Contudo não existe dúvida quanto a mudança de rumo para a educação pública no Brasil, e que fortaleceu a educação do campo em forte diálogo com os movimentos sociais. O Programa de Reestruturação e ampliação das Universidades Públicas Federais (REUNI)¹³ promoveu a duplicação do acesso, interiorização e política de permanência e com isso o país passou de 48 mil matrículas em 2002 para 208 mil matrículas (2013). O Decreto 7.352 do Presidente Lula que instituiu a Educação do Campo em 2010 é um marco institucional, o programa ProCampo foram criados 40 cursos Licenciaturas do Campo¹⁴, além do ProLind - Licenciaturas Indígenas¹⁵. A evolução orçamentária é ainda mais clara quanto a definição política de atuação do Estado na educação. O orçamento destinado a educação passa de R\$19 bilhões (2003) para R\$103 bilhões (2015) e ainda com a aprovação

¹³ DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. At http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

¹⁴ Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). Ver <http://portal.mec.gov.br/tv-mec>

¹⁵ Programa de Licenciatura Indígena. Ver <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12258>

dos recursos do Pré-Sal para a educação e saúde prioritariamente¹⁶. A II Pesquisa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (II PNERA: IPEA, 2015) demonstrou como os cursos de educação do campo ampliaram em quantidade e público nos governos Lula-Dilma chegando a 320 cursos¹⁷.

No entanto esse esforço não representou a massificação do acesso à educação para a juventude rural e concorreu com o fechamento contínuo de escolas no campo por parte dos governos estaduais. E, ainda, apesar da importante incorporação da pedagogia da alternância nas universidades públicas federais por meio das Licenciaturas do Campo, não houve o reconhecimento do papel das Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais como pioneiras e parceiras na construção de uma educação do campo metodologicamente identificada com a realidade e diversidade de cada região.

Mesmo assim, podemos afirmar que o que observamos à época da pesquisa junto aos movimentos sociais foi potencializado nos governos Lula-Dilma e fortalecido pelo *campo das políticas públicas de juventude*, ainda que não se trate de uma política específica para o segmento. O que temos hoje é a percepção da consolidação da primeira geração de jovens, assim identificados, nos movimentos sociais que viveram o encontro do fortalecimento de sua identidade política, a valorização do ensino formal e da formação política, com a ampliação concreta do ensino superior. Hoje encontramos jovens dirigentes nacionais cursando pós-graduação e participando ativamente do debate acadêmico sobre *juventude, políticas públicas, questão agrária*. Assim, podemos afirmar que talvez esse tenha sido o grande legado desse período para juventude rural, *do campo, das águas e da floresta*: a consolidação da educação do campo, com marco legal e a institucionalização nas universidades públicas federais. E qual teria sido a incidência dessa geração nas *políticas públicas de juventude*.

¹⁶ O REUNI duplicou o acesso, interiorizando as universidades públicas federais com a criação de 18 novas universidades federais e 173 campus de universidades federais em cidades do interior do país. Esse esforço foi somado pela política de permanência dos alunos por meio de bolsas, alojamentos e restaurantes universitários que haviam sido desestruturados no período dos dois governos do Fernando Henrique Cardoso, e por meio do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) para estudantes das universidades federais. Além do aumento das matrículas - 48 mil (2002) - 208 mil (2013), sentimos o aumento da contratação de docentes que passou de 45 mil (2002) a 75 mil (2013). Em 2012 a Lei das Cotas nas universidades federais, com previsão de reserva de no mínimo 50% das vagas, até 2016, para estudantes oriundos das escolas públicas de ensino médio consolidou a ampliação do acesso a jovens de baixa renda, negros e indígenas.

¹⁷ O Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA) foi criado no Incra em 1998 no Governo FHC (período em que se realizaram 84 cursos). A pesquisa realizou um levantamento que mostrou a realização de 236 nos dois governos Lulas. Ver IPEA, 2015.

A incidência da juventude rural sobre a agenda e efetivação de políticas públicas para esse segmento

Uma agenda que se consolidou nos governos Lula-Dilma foi a *Sucessão Rural*, mas em seu bojo temos a disputa: qual sucessão rural? Observamos tanto na pesquisa *Os Jovens estão indo embora?* (CASTRO, E.G., *et aliae*, 2009), quanto em todos os espaços de participação formal da juventude rural nos governos Lula-Dilma, que suas pautas não tinham referência circunscrita a questão específica da juventude. Nas agendas políticas as questões específicas, importantes de serem tratadas, deveriam ser articuladas com questões estruturantes para a transformação da realidade da juventude e de toda a população do *campo*, das *águas* e das *florestas*. E por isso suas principais reivindicações eram e continuam sendo: acesso a terra por meio da Reforma Agrária e regularização das terras dos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas; sustentabilidade; inclusão digital; transporte público; acesso a produção e fruição cultural; geração de renda; tecnologias para a produção e em especial para a produção agroecológica; assistência técnica; crédito e comercialização. Essas, dentre tantas outras, seriam condição para a permanência dos e das jovens no campo. Trata-se não só de acesso à bens e serviços, mas a mudança do modelo de desenvolvimento econômico, tendo a juventude um ator estratégico nesse processo de disputa política. Assim, no próprio Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural evidencia-se que a possibilidade da permanência dos jovens no campo envolve uma profunda mudança no país e em especial no projeto de desenvolvimento rural e suas consequências para o projeto de desenvolvimento para o país.

Portanto, quando falamos de *juventude rural*, *juventude do campo*, *juventude camponesa*, *juventude da agricultura familiar*, *juventude quilombola*, *juventude ribeirinha* estamos tratando de categorias que representam populações, mas também identidades políticas e sociais que vivenciam, de forma direta ou indireta, as disputas em curso no Brasil e no mundo sobre a relação entre desenvolvimento e segurança alimentar, por exemplo. A juventude carrega, muitas vezes, a herança da luta ou o peso da expectativa geracional. Se envolvem com os processos de disputa de significados e da concretude de suas vidas; ou escolhem não reproduzir a difícil vivência e históricos distanciamentos que hierarquizam direitos, de acordo com onde se vive. E muitos outros arranjos entre uma outra possibilidade.

Nesse sentido podemos afirmar que a presença da juventude rural como ator político nesse cenário ampliou a visibilidade da diversidade das juventudes do campo, das águas e das florestas. Participou intensamente do debate e formulação de proposições para políticas públicas de juventude, como também para a transformação do campo. Contudo, esse processo resultou antes na formação e fortalecimento dessa geração de lideranças, do que em políticas efetivas e de largo alcance que atendessem as demandas e agendas propostas. Não conseguimos criar uma política pública integrada e nacional no Governo Federal – e Governo Federal, estados e municípios, e não absorvemos plenamente a diversidade regional, um exemplo importante é a Amazônia. Para compreender as limitações do acesso da juventude a políticas públicas precisamos recuar e resgatar a trajetória do PNRA e tentar um balanço, ainda que apenas em linhas gerais, da Reforma Agrária nos governos Lula-Dilma. Bem como o que o contexto do Golpe Parlamentar impacta nas políticas para a agricultura familiar e para a juventude rural.

Balanço e Desafios para a Reforma Agrária continuidades, rupturas e o Golpe Parlamentar e Estado em Curso

Em 2015 o PNRA completou 30 anos. Lançado em 1985 pelo Governo Sarney como resposta às pressões dos movimentos de luta pela terra atravessou o período do projeto neo-liberal - e o desmonte de uma máquina pública que ainda estava longe de atender a população brasileira - dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Mesmo assim em 1998 em pleno governo FHC é criado o MDA e algumas políticas importantes como o Pronera¹⁸ e o Pronaf¹⁹, além do assentamento de famílias e de regulamentações fundiárias. Essas ações, contraditórias com o projeto de desenvolvimento neoliberal, se deu diretamente em função da pressão externa e interna ao país, que ganhou grande visibilidade após os massacres de Eldorado e Corumbiara.

O governo Lula rompe com a política de estado mínimo e retoma a estruturação do aparato estatal para a formulação e execução de políticas públicas. Ainda que tenhamos observado limites importantes nas ações desenvolvidas pelos governos Lula e Dilma para a agricultura familiar

¹⁸ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Ver http://www.incra.gov.br/educacao_pronera

¹⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Ver <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>

e para a juventude rural houve claramente uma ruptura com o estado mínimo neo-liberal de governos anteriores. Nos governos Lula-Dilma vemos a implantação de uma política pública para: a agricultura familiar, para o extratratismo e a diversidade dos modos de produção de alimentos; comercialização, a distribuição e a aquisição pública de alimentos; para ampliar a produção orgânica e agroecológica; a consolidação da educação do campo; para integrar o Mercosul, dentre outras foram ações que mudaram de forma evidente as condições de produção da agricultura familiar e camponesa no Brasil²⁰.

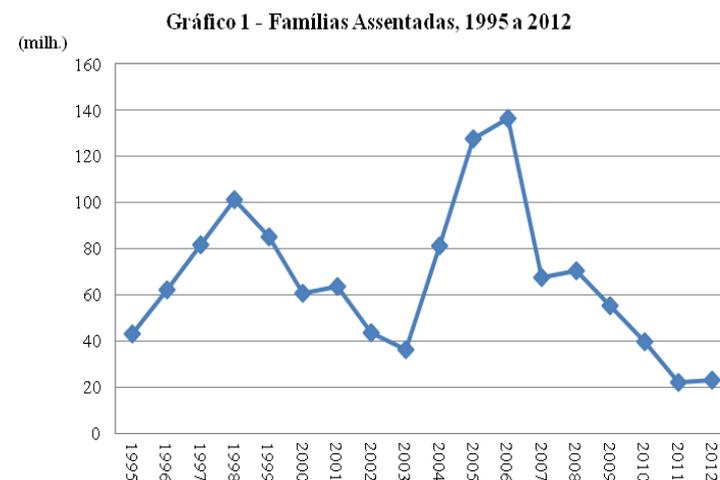
E vimos um outro movimento extremamente importante o reconhecimento dos atores políticos do campo e de seus direitos. O fortalecimento da organização desses atores se expressou não somente no MDA, mas também, nas políticas de fortalecimento das identidades culturais do campo (Minc), raça e etnicidade (SEPPIR/MDA), das mulheres (SPM/MDA), da juventude (SNJ). Esse reconhecimento foi reforçado pela política de participação social por meio de conselhos e conferências: CONSEA, CONDRAF, CONJUVE, CNDM, CNE, CNDH, CNI, CNPCT²¹.

Ao mesmo tempo, ambos governos fortaleceram o agronegócio apostando na possibilidade de conciliação de projetos de desenvolvimento. Isso pode ser observado na distribuição de recursos. O principal plano que consolida os recursos para a agricultura, o Plano Safra, se divide em Plano Safra para o agronegócio e Plano Safra para a agricultura familiar. Em 2016 os recursos destinados foram R\$202 bilhões e R\$30 bilhões respectivamente. Tivemos ainda um forte embate sobre a demarcação de terras indígenas que resultou em poucas demarcações. E, ainda, na não realização plena da Reforma Agrária uma vez que a partir de 2012 as áreas reformadas caem praticamente a zero.

²⁰ Na política voltada para a agricultura familiar temos a ampliação importante dos recursos para a Agricultura familiar. O Plano Safra de R\$5,4 bilhões em 2003/2004, para R\$30 bilhões em 2016/2017. E, ainda programas como os Programas de Aquisição de Alimentos: PNAE/PAA; o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; Programas de combate e a Pobreza: Bolsa Família; Brasil Sem Miséria; Infraestrutura Diferenciada com os programas Luz para Todos e 1 milhão de Cisternas (P1 e P1 +2); apoio à produção diferenciada com assistência técnica e crédito passando de 2,3 bilhões em 2002/2003 para R\$23,9 bilhões 2014/2015; ações para a Amazônia e para o Semi-Arido; Política de Desenvolvimento Territorial com o Programa Territórios da Cidadania; regulamentação de áreas Quilombolas que eram 95 em 2004 e passam a 2007 áreas reconhecidas 2014, manutenção da política previdenciária para o rural, dentre outras ações.

²¹ CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar, CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude, CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, CNE – Conselho Nacional Educação, CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos, CNI – Conselho Nacional do Política Indigenista, CNPCT – Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

os recursos para a agricultura, o Plano Safra, se divide em Plano Safra para o agronegócio e Plano Safra para a agricultura familiar. Em 2016 os recursos destinados foram R\$202 bilhões e R\$30 bilhões respectivamente. Tivemos ainda um forte embate sobre a demarcação de terras indígenas que resultou em poucas demarcações. E, ainda, na não realização plena da Reforma Agrária uma vez que a partir de 2012 as áreas reformadas caem praticamente a zero.



Fonte: INCRA, disponível em <http://www.incra.gov.br>.

Nesse contexto surge a política de desenvolvimento territorial no governo Lula. Atualmente são 241 territórios reconhecidos com enormes desafios essa poderia ser uma política bastante importante para a política pública chegar de uma maneira mais direta, qualitativa, e acompanhada pelos movimentos sociais e pela população dos territórios. Contudo, dos 241 territórios apenas 57 não têm hoje população acampada, então continuamos com uma demanda evidente por acesso a terra. Esse quadro nos ajuda a entender porque ao debatermos o acesso das juventudes rurais as políticas públicas o acesso à terra segue sendo uma agenda prioritária. Atualmente 40% dos assentados titulares têm até 29 anos (2011-2014) e 40% dos acessos ao Programa de Nacional de Crédito Fundiário estão nessa faixa etária permanece assim o problema efetivo de acesso e permanência dessa juventude, sem a mini-fundização dos lotes que é a grande preocupação. O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural prevê ações voltadas diretamente para o acesso a terra para a juventude: destinar 30% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural, garantindo a paridade de gênero; alterar normativo do INCRA possibilitando

a priorização da juventude, incluindo jovens solteiras/os; priorizar a destinação dos lotes retomados em assentamentos constituídos para as/os jovens das famílias assentadas; normatizar a transferência de posse dos lotes da reforma agrária para herdeiras/os.

Contudo, essas são ações previstas no decreto e como veremos adiante distantes do que pretende o governo Temer. Mas retomando uma questão colocada acima: de qual sucessão rural e de qual rural? Estamos tratando.

A derrota da política de conciliação de dois modelos de desenvolvimento: agronegócio e a agricultura familiar

O esforço de conciliação de dois projetos de desenvolvimento rural nos governos Lula e Dilma representou maior fragilidade para as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e, mais especificamente para a juventude rural. Ou seja, ao propor uma coexistência pacífica entre o modelo do agronegócio e um modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário²², os governos Lula e Dilma mantiveram a correlação de forças que historicamente garante o poder político local, e com forte atuação nas disputas nacionais, dos chamados ruralistas²³. Talvez o projeto de conciliação possa explicar a baixa institucionalização dessas políticas públicas tanto para a agricultura familiar quanto para a juventude rural. Essa falta de institucionalização, ou seja, de consolidação, para uma parte importante dessas ações, como políticas de Estado com leis e regulamentações claras permitirá um desmonte em ritmo acelerado por parte de governos que adotem fórmulas neoliberais de gestão do estado brasileiro.

Ao longo de 14 anos não avançamos no reconhecimento social da agricultura familiar/camponesa, ainda que efetivamente tenhamos avançado num diálogo sobre a importância da alim

entação saudável. Ou seja, conseguimos por meio de políticas públicas e da ação dos movimentos sociais avançar no reconhecimento social da importância da alimentação saudável, introduzindo os produtos orgânicos e agroecológicos nos mercados e na mesa dos

²² Esta afirmação se objetiva nas políticas públicas, orçamento e institucionalidade dos dois modelos nos Governos Lula e Dilma, além do Plano Safra, a manutenção do MAPA e MDA, o CONDRAF e o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário são exemplos do esforço de “conciliar” projetos distintos para o “rural” brasileiro.

²³ Vide a importância e influência nos governos Lula e Dilma de figuras como Roberto Rodrigues e Katia Abreu.

brasileiros. No entanto, não avançamos no entendimento senso comum da agricultura familiar. Não Assumimos em nossos governos a Reforma Agrária como estratégica e nem assumimos a juventude com central para o futuro da agricultura familiar camponesa e das florestas.

Um projeto nessa direção significaria o enfrentamento do agronegócio e a ruptura com a política de conciliação dos projetos de desenvolvimento.

O golpe: nova ruptura e a retomada do neoliberalismo em bases mais profundas

O golpe parlamentar que se materializou no dia 31 de agosto de 2016 com o afastamento definitivo da Presidenta Dilma da Presidência da República carrega em seu bojo não apenas a retomada de uma agenda neoliberal, mas seu aprofundamento. As medidas tomadas, ainda na condição de governo interino nos meses de maio a agosto de 2016, demonstram claramente o projeto que se desenha. Para as políticas públicas para a agricultura familiar há uma perspectiva bastante evidente. São sinais claros: a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário; a possibilidade da estrangeirização das terras, com a abertura para a compra ilimitada por estrangeiros de terras no Brasil; privatização do armazenamento de alimentos, fim dos recursos para os programas de aquisição pública de alimentos; fim da demarcação das terras Indígenas por parte do governo federal que passaria a ser atribuição do Congresso Nacional, o que interditaria em definitivo o avanço na demarcação de terras no Brasil; eliminação da agenda da agricultura familiar e sua representação do Governo Federal na Câmara de Comercio Exterior, dentre outras. Teremos assim a hegemonia do projeto do Agronegócio e da Grande Produção para a Exportação.

Ampliando o olhar o sinal mais claro da retomada de um projeto neoliberal é a PEC 241 (PEC 55 no Senado)²⁴ que estabelece como teto para os gastos públicos ao orçamento mais a inflação do ano anterior por 20 anos. A PEC gera a desvinculação dos gastos previstos para saúde e educação previstos na Constituição de 1988. Em maio de 2016 foi extinto ainda o Ministério das Mulheres da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Juventude. Ainda que os secretários dessas pastas continuem a existir, o perfil mudou

²⁴ PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO n° 55 de 2016. At <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=127337>

radicalmente e ainda não se tem claro que projetos de fato, para além do desmonte do que estava em andamento, se propõe para esses segmentos.

Para as juventudes do Campo das Águas e das Florestas os sinais são claros, em 25 de outubro de 2016 “o Secretário Nacional de Juventude Bruno Moreira Santos (SNJ), estabeleceu parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para o lançamento do programa InovaJovem. O programa prevê a seleção de iniciativas na área do agronegócio, gerando emprego e dando suporte aos jovens produtores. O Mapa será parceiro da SNJ na seleção e no apoio a essas iniciativas”²⁵, dando claros indícios do projeto político assumido pela SNJ.

Os impactos do projeto em curso se traduz no orçamento previsto para 2017. Os cortes previstos nas ações voltados para a agricultura familiar, por exemplo, retira R\$ 430 milhões em investimentos e o orçamento das pastas cai de R\$ 2.463.376.850 para R\$ 2.033.563.953²⁶. Mas é ainda mais significativo as ações que sofrerão o corte. O PAA perderá 1/3 de seus recursos e a Política de Desenvolvimento Territorial praticamente desaparece. A política para as mulheres perdem 4 milhões. As Políticas para Comunidades Indígenas e Quilombolas perdem R\$ 9 milhões.

Mas de todos os cortes o mais significativo são os cortes no Inca. O PNRA e regularização fundiária perdem R\$ 334 milhões. O PRONERA perde mais da metade de seus recursos.

Como demonstrou o levantamento de João Marcelo Intini,

“A PLOA pode ser entendida como uma mensagem, um viés, de como o Governo Federal analisa e se prepara para desenvolver e apoiar determinado segmento, público ou quando a redução de mais de R\$ 180 milhões ocorre no PAA, significa que a comercialização da produção vai ficar sem apoio, deixando para o mercado e suas regras se imponham novamente sobre os agricultores familiares.” (2016:2)

Podemos afirmar, portanto que se consolida um projeto claro para o rural brasileiro que desmonta e desestrutura o que já foi consolidado como política para agricultura familiar e em especial para qualquer avanço da Reforma Agrária.

²⁵ Confira: <https://goo.gl/aavfkM> #BrasilMaisJovem #SNJuventude

²⁶ “Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2017 – PLOA 2017, com a redução de R\$ 430 milhões nas políticas públicas que atendem a agricultura familiar, a reforma agrária, os povos e as comunidades tradicionais.” (INTINI, J.M., 2016)

Tabela 1 – Agricultura familiar perde R\$ 80 milhões para o ano de 2017

Política	Dotação Governo Dilma	Projeto de Lei do Temer	Diferença
Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	280.710.865	241.020.508	-39.690.357
Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar	31.742.986	19.299.492	-12.443.494
Garantia-Safra	203.000.000	468.040.642	265.040.642
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	165.171.895	28.470.000	-136.701.895
PAA MDA	17.102.753	10.000.000	-7.102.753
PAA MDS	478.369.985	294.046.633	-184.323.312
Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água	154.926.719	250.150.542	95.223.823
Inclusão Produtiva Rural	133.061.509	70.000.000	-63.061.509
total	1.464.086.712	1.381.027.817	-83.058.895

Fonte: Joao Marcelo Intini Assessor Técnico da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados (INTINI, J.M., 2016)

Tabela 2 - Políticas para as mulheres perdem R\$ 4 milhões para o ano de 2017

Política	Dotação Atual – Governo Dilma	Projeto de Lei do Temer	Diferença
Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	15.374.877	11.355.421	-4.019.456

Fonte: Joao Marcelo Intini Assessor Técnico da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados (INTINI, J.M., 2016)

Tabela 3 - Políticas para Comunidades Indígenas e Quilombolas perdem R\$ 9 milhões para o ano de 2017

Política	Dotação Governo Dilma	Projeto de Lei do Temer	Diferença
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	1.611.150	1.193.925	-417.225
Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados	18.074.992	15.348.178	-2.726.814
Gestão Ambiental e Etnodesenvolvimento	11.446.702	10.302.031	-1.144.671
Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato	518.103	466.293	-51.810
Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania	15.656.964	11.391.073	-4.265.891
Preservação Cultural dos Povos Indígenas	4.151.873	3.736.685	-415.188
Total	51.459.784	42.438.185	-9.021.599

Fonte: Joao Marcelo Intini Assessor Técnico da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados (INTINI, J.M., 2016)

Tabela 4 - Reforma agrária e regularização fundiária perdem R\$ 334 milhões para o ano

Política	Dotação Governo Dilma	Projeto de Lei do Temer	Diferença
Estruturação e Consolidação de Unidades Produtivas - Crédito Fundiário	19.708.555	25.000.000	5.291.445
Assistência Social e Pacificação no Campo	2.958.241	2.963.500	5.259
Organização da Estrutura Fundiária	26.142.843	30.000.000	3.857.157
Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	209.571.831	92.470.000	-117.101.831
Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	8.003.248	4.100.000	-3.903.248
Promoção da Educação do Campo	27.027.196	11.830.000	-15.197.196
Organização da Estrutura Fundiária	20.778.704		-20.778.704
Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	168.327.559	211.940.000	43.612.441
Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária	425.501.883	204.240.000	-221.261.883
Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009	22.032.789	15.310.000	-6.722.789
Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	2.402.598	880.000	-1.522.598
Total	932.455.447	598.733.500	-333.721.947

Fonte: Joao Marcelo Intini Assessor Técnico da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados (INTINI, J.M., 2016)

Reflexões para o enfrentamento do quadro atual

A elite agrária brasileira é escravocrata, violenta e predatória contra a natureza e os trabalhadores, e não aceita nenhum avanço da agenda da questão agrária no Brasil, principalmente da Reforma Agrária. Os conflitos agrários, com doses cruéis de violência demonstram de forma dramática o perfil dessa elite. O projeto de conciliação dos Governos Lula-Dilma não rompeu com a elite agrária, mas propôs “moderar”, “humanizar” o capitalismo no Brasil e principalmente o capitalismo no campo. Os dados da CPT (CPT NACIONAL, 2015) demonstram que se nos Governos Lula e Dilma houve períodos de redução de conflitos no campo, os conflitos permaneceram, e, nos últimos anos se intensificaram. A partir de 2011 temos uma escalada no número de conflitos no campo registrados pela CPT, e o número de assassinatos em 2015 foi o maior da série da pesquisa: 50 pessoas assassinadas em decorrência de conflitos agrários.

A partir do Golpe Parlamentar no Brasil o quadro deve se agravar. O projeto do Governo ilegítimo de Michel Temer é um retrocesso claro no entendimento do Estado como promotor da igualdade econômica, social e política e da defesa de direitos humanos e sociais e da população brasileira e, no caso em tela, das juventudes. O Brasil enfrentará, se nada mudar o curso que se desenha, uma retomada de um projeto neoliberal em bases mais profundas que experimentadas no Governo Fernando Henrique Cardoso. No entanto, o que observamos é que o reconhecimento político e social das populações rurais, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais, e da juventude, pode ser uma importante articulação de resistência a estes retrocessos para as políticas e ações voltadas para a agricultura familiar, camponesa, dos povos e comunidade tradicionais e indígenas. O fortalecimento identitário e os espaços de organização em movimentos sociais, redes e mesmo em espaços formais de participação social no governo federal podem ter promovido um caldo organizativo de difícil dissolução, mesmo por atos arbitrários e autoritários como os que já estamos experimentando no País.

Por fim, a formação empreendida pelas múltiplas ações da educação do campo que articularam movimentos sociais, universidades/ institutos federais e ações do governo federal contribuiu para a formação de jovens lideranças. Essa renovação e fortalecimento de uma nova geração nos movimentos sociais do campo é uma das maiores conquistas, para essas populações, do período analisado e pode significar um importante foco de resistência e luta.

Estar no VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Agrárias em

junho de 2016 debatendo com representantes da academia, gestores de políticas públicas e representantes de movimentos sociais foi extremamente rico para as reflexões que tentei sistematizar nesse texto. Estar lá e escrever aqui, parafraseando o grande antropólogo Clifford Geertz, envolveu algum distanciamento das primeiras reflexões. Mas como o escrever aqui significou acompanhar bem de perto o desmonte do próprio MDA e o processo de Impeachment da Presidenta Dilma o estar lá continua sendo vivido. O esforço aqui realizado foi de contribuir para uma reflexão que acredito precisa ser coletiva de todos os atores que há décadas lutam por terra e pelo fim das desigualdades sociais e econômicas, com a inclusão política da juventude, mulheres e povos e comunidades tradicionais em nosso país. Os rumos estão indefinidos, mas a luta depende da articulação de todos para reconstruir, nesse contexto extremamente adverso, a reforma agrária popular que o país tanto precisa.

Referências bibliográficas

AGUIAR, V.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

BRUMER, A. “A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade” In: CARNEIRO, Maria J. e CASTRO, E. G. (Orgs.) **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão nº 621).

CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria juventude rural. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2013.

_____. “Juventude rural – **mais que uma palavra** – uma problematização da construção de categorias sociais. In Moreira, R. J., Bruno, R. (Orgs.) **Interpretações, estudos rurais e política**. Rio de Janeiro: EDUR/Mauad 2010b, p. 61-93.

CASTRO, E.G. **Iluminando fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil**. In PINHEIRO, D. [et al] (Orgs) *Agenda Juventude Brasil : leituras sobre uma década de mudanças*. – Rio de Janeiro : Unirio, 2016. At <https://www.academia.edu/>. Páginas (61-101).

CASTRO, E. G. **O Campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão**. In: PAPA, F.C.; FREITAS, M.V. (orgs) *Juventude em pauta - políticas públicas no Brasil*. São Paulo : Peirópolis, 2011, v.1, p. 281-306.

_____; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. F. de; RODRIGUES, M. E. B.; CARVALHO, J. G. de. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.

_____; MARTINS, M.; FERREIRA, S. L.; CORREA, J. G. **A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte**. In: Alvarado, S. V.; VOMMARO, P. A. (Orgs.). *Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas 1960-2000*. 1 ed.. Rosario: Homo Sapiens Ediciones/Clacso, 2010, v. 1, p. 55-87.

CPT NACIONAL. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015.

DECRETO 7352 – Educação do Campo e PRONERA. At <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>

ESTATUTO DA JUVENTUDE – LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. At http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In **Juventude e políticas sociais no Brasil**. CASTRO J. A.; AQUINO, L. A. M. C. de, ANDRADE, C. C.

(Orgs). Brasília: IPEA, 2009. 303 p.

FRANÇA, C. G. de; GROSSI, M. E. D.; MARQUES, V. P. M. de A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

IBASE. **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2010.

INTINI, J.M. **O pós golpe na agricultura familiar e na reforma agrária: Extinção de políticas públicas, menos recursos e criminalização dos movimentos sociais**. Brasília, Assessoria da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, 2016.

IPEA. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Silva, E. R. A., Botelho, R. U.(Orgs), – Brasília: IPEA, 2016. At http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27571

IPEA. **II PNERA Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília: IPEA, 2015. At http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618_relatorio_ii_pesquisa%20nacional.pdf

MENEZES, M. A. de; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B., (Orgs.) , **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. 268 p. : il. – (Coleção juventude. Série estudos ; n. 1). Co-edição com o NEAD/MDA e IICA, http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo_Juventude_rural_web.pdf

NOVAES, R R. As juventudes e a luta por direitos. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, 05 de novembro de 2012. At. <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>

_____. CARA, D. T.; SILVA, D. M. da, PAPA, F. de C. (ORGs). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/Fundação Fredrich Ebert, 2006.

_____. “Juventude/ juventudes?”. In *Comunicações ISER*, n.50, ano 17. RJ: ISER, 1998.

PAPA, F.C.; FREITAS, M.V. (orgs) **Juventude em Pauta : políticas públicas no Brasil**. São Paulo, Peirópolis: 2011.

PINHEIRO, D. [et al] (Orgs) *Agenda Juventude Brasil : leituras sobre uma década de mudanças /.* – Rio de Janeiro : Unirio, 2016. At <https://www.academia.edu/>

PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL, DECRETO Nº 8.736, DE 3 DE MAIO DE 2016. At http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8736.htm

PNAD, IBGE, 2006. At <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/>

PNERA – Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária, Brasília. MEC/MDA, 2005. At <http://www.lepel.ufba.br/PNERA.pdf>

PROJETO JUVENTUDE. SP: Instituto Cidadania, 2004. At <https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>

SILVA, M. S.; MENEZES, M. A. de. Homens que migram mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares – PB. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SNJ. **Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre o perfil e a opinião dos jovens brasileiros**. Secretaria Nacional de Juventude/SNJ. Brasília: 2014. At. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8736.htm

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO,

E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.